



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE EDUCAÇÃO

XX SEPE - SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO SETOR DE
EDUCAÇÃO/2006

**LEVANTAMENTO E CATALOGAÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O TEMA
“EDUCAÇÃO, NO ESTADO DO PARANÁ”,
NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR”**

Silvia Hellena de Lima Dias

Universidade Federal do Paraná

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura militar; Educação; Paraná; reformas educacionais.

1. TEMA

Esta pesquisa faz parte de um projeto mais amplo intitulado “Memórias do Estado paranaense acerca das reformas educacionais na ditadura militar”, sob orientação da professora Nadia G. Gonçalves (DTPEN), que tem como objetivo analisar a atuação do Estado do Paraná no período ditatorial, no contexto das Leis 5.540/68 e 5.692/71. Estas leis referem-se às reformas educacionais realizadas durante o período militar no ensino superior e básico, respectivamente.

2. OBJETIVO DO TRABALHO

Apresentar resultados de levantamento bibliográfico sobre o tema “Educação na ditadura militar, no Paraná”, realizado no acervo da Biblioteca Pública do Paraná, no período de agosto de 2005 a agosto de 2006, como bolsista voluntária de Iniciação Científica.

3. REFERÊNCIAS

O regime ditatorial no Brasil, que durou entre os anos de 1964 a 1985, foi um período caracterizado por várias mudanças no âmbito político, social e econômico. Politicamente, pois com o ingresso do financiamento internacional, inclusive no âmbito educacional, o Estado brasileiro modificou-se, influenciado por interesses internos e

externos, para desenvolver-se economicamente. Essas mudanças ocasionaram alterações na economia brasileira que eram, para as lideranças políticas, o sentido para levar o Brasil a se tornar mais desenvolvido economicamente.

Assim ROMANELLI explana sobre a questão da legitimação das ações governamentais relacionadas aos aspectos políticos, econômicos e sociais:

Deve-se apenas lembrar que a expansão nesses moldes implica o estabelecimento de uma estratégia que pressupõe prioridades que favorecem determinadas camadas sociais, por serem estas as mais “capazes” de ajudar a alimentar o processo, dadas as suas possibilidades de consumo. Essa estratégia que adota, entre outras medidas, o arrocho salarial das classes trabalhadoras e o aumento do poder aquisitivo das camadas altas e médias altas, impõe uma redefinição das funções do Estado. Nessa redefinição fica evidente a necessidade de se alijar a própria população da esfera das decisões. A criação e preservação de condições políticas e sociais para que a economia se expanda no sentido desejado definem essas novas funções do Estado que então se expressam politicamente... (2003, p.194).

Dessa forma, as Leis 5.540/68 e 5.692/71, que são respectivamente a reforma do ensino superior e a reforma do ensino primário e secundário, teriam por finalidade ajustar socialmente a educação ao modelo econômico planejado pelo governo federal.

O Estado, por muito tempo, foi considerado pela historiografia tradicional com uma concepção estreita de poder vinculado à política o que ocasionou várias deturpações acerca de seu papel nas mudanças ocasionadas pelas Leis 5.540/68 e, principalmente, a Lei 5.692/71, devido ao seu caráter tecnicista.

Com a introdução da nova história política, entra em crise a história política tradicional, na qual o objetivo da primeira é o estudo político para compreender as representações sociais ou coletivas e as diversas práticas associadas ao poder (FALCON). Segundo o autor, a concepção de uma nova história política pode-se dizer, está vinculada, principalmente, à “politização inevitável dos acontecimentos, atitudes, comportamentos, idéias e discursos”. (1997, p.78).

O Estado, de acordo com esta nova abordagem, não é o “carrasco” da sociedade. Ele é levado a tomar decisões dentro de um contexto social e político que vai além de proteger os privilégios da classe à qual pertence. Sobre isso BORGES relata:

Ao se criticar o voluntarismo político, confirmou-se que a política tem mesmo seus limites: não se pode mudar uma realidade social num passe de mágica, seja esse um golpe de Estado ou revolução. Forma-se um consenso sobre a lentidão das mudanças de valores, dos hábitos, das crenças e mesmo das instituições. O fim do chamado “socialismo real” veio selar essas conclusões. Mas forma-se também um outro consenso, sobre a influencia fundamental da política: esta é entendida realmente como o espaço último da decisão, como o nível onde todas as disputas sociais se decidem: o enorme peso que o Estado adquiriu no cotidiano – muito claro em nosso país, onde se pode brincar que o que não é proibido é obrigatório! – são realidades fundamentais que levam água para esse moinho. (1992, p.14).

A nova história política abrange não apenas a questão da história política, mas transcende-a, passando a uma abordagem muito mais ampla que é a de poder relacionado à ciência política, à sociologia, etc; fugindo assim da abordagem puramente tradicional. Portanto, o poder não é algo inerente às classes políticas, assim BOBBIO define relação política: “(...) uma relação específica entre dois sujeitos, dos quais um tem o direito de comandar e o outro o dever de obedecer, o problema do Estado pode ser tratado prevalecendo do ponto de vista do governante ou do ponto de vista do governado”. (2001, p. 63).

Não se pode descartar que a história nos é relatada por indivíduos que descrevem a ação do Estado como se ela estivesse à parte do contexto e das demandas da sociedade. Não se devendo omitir dessa discussão que as pressões ocorrem de todos os lados inclusive das classes populares. Sobre essa temática OLIVEIRA expõe:

O que pretendo, então, é chamar a atenção para aquilo que considero como dois problemas presentes numa determinada maneira de escrever a história da educação e da educação física escolar no Brasil: a abstração e a generalização. No caso dos estudos analisados esses problemas ficam patentes quando transformam o Estado em um ente superior, que paira acima das mazelas humanas e dos interesses dos homens e dos grupos que representam. Ou o Estado é apresentado como pertencente a um só grupo social (classe ou fração de classe) ou é elevado à condição de supremo juiz das intenções humanas. Ora, o Estado não pode ser abstraído de sua orientação conflituosa, marcada por tensões, dimensões e conciliações. O Estado é uma construção histórica, determinada por uma correlação de forças que se consubstancia nos diversos interesses de classe e frações de classes contrários e antagônicos. E no campo da história não são tangíveis as leis gerais, as generalizações universais, uma vez que ela, a história, se configura como um processo[...].(2002, p.66).

Portanto, não se deve negar a participação da sociedade na mudança de uma legislação ou na sua elaboração, mesmo que a opção de parte da população seja de se omitir quanto ao que está ocorrendo no âmbito legislativo. A mudança normativa ocorreu. A história deve considerar os elementos políticos disponíveis para a implementação dessas leis e as condições que os políticos que a compuseram tiveram para a constituição ou rejeição de algum aspecto legislativo, mas também sua legitimidade na prática, neste caso, na escola.

4. METODOLOGIA

As palavras-chave utilizadas na busca realizada por meio do site da Biblioteca Pública do Paraná – www.pr.gov.br/bibliotecas/pesqui – foram as seguintes: DITADURA e PARANÁ; DITADURA e EDUCAÇÃO; HISTÓRIA, PARANÁ e

EDUCAÇÃO; EDUCAÇÃO e PARANÁ; HISTÓRIA e PARANÁ. O período de produção das obras, delimitado na busca, foi de 1964 a 2006.

5. RESULTADOS

Até o momento foram pesquisadas 91 obras no acervo da Biblioteca Pública do Paraná. Dentre essas obras, apenas 16 citam ou fazem uma reflexão mais aprofundada a respeito do tema no Paraná; e 75 não fazem menção ao período ou às Leis 5.540/68 e 5.692/71 no Paraná a respeito das reformas educacionais neste período esperado pela pesquisa. Dessas 16 obras onde foram encontradas citações sobre as Leis no Estado do Paraná, quatro são dissertações, há um documento do IPARDES, um é um livro e dez são documentos da Secretaria de Educação do Paraná, conforme apresentado no quadro abaixo:

QUADRO 1. OBRAS PESQUISADAS COM MENÇÃO AO TEMA

Título	Autor	Tipo	Tema central
50 anos: 1947 – 1997	Secretaria da Educação do Paraná (SEED)	Documento	Mudanças administrativas e história da SEED - pr
Reestruturação do ensino de segundo grau no Paraná	SEED	Documento	Diretrizes de reformulação
A proposta curricular da habilitação magistério	SEED	Documento	Reestruturação do ensino de 2º grau
Proposta curricular da habilitação magistério: didática...	SEED	Documento	Proposta curricular da habilitação magistério
A coordenação pedagógica no ensino de 2º grau	SEED	Documento	Coordenação pedagógica
Proposta curricular do curso de magistério	SEED	Documento	Modificações do curso de magistério
Políticas SEED – pr: fundamentos e explicitação	SEED	Documento	Reorganização do ensino de 2º grau
Fundamentos e explicitação das políticas da SEED	SEED	Documento	Diretrizes básicas
Informe de atividades do departamento de ensino do 2º grau	SEED	Documento	Avaliação e desempenho de profissionais egressos do 2º grau
Sistema estadual de ensino: lei nº 4.978, de 5/12/64 e índice remissivo	SEED	Documento	Lei 4.978/64
A educação no Paraná	Comissão Pontifícia Do Paraná	Livro	Dados da educação e movimentos sociais no Paraná
Avaliação do impacto da municipalização do ensino fundamental no estado do Paraná	Instituto Paranaense de Desenvolvi-	Documento	Municipalização

	mento Econômico e Social		
Meio século de educação na UFPR: uma crônica desde a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Instituto de Educação anexo ao Setor de Educação	Niroa Zuleika Rotta Ribeiro Glaser	Dissertação	Reestruturação da UFPR
História do Paraná: a construção do código disciplinar e a formação de uma identidade paranaense	Terezinha R. Gevaerd e Maria A. M. dos Santos Schmidt	Dissertação	Contribuições da disciplina de história para a formação da identidade paranaense
O ensino de história no Paraná, na década de setenta	Cláudia Regina Kawka Martins	Dissertação	O ensino de história de 5ª a 8ª no Paraná
O desenvolvimento do ensino supletivo no Paraná e as dificuldades de sua implantação – intenção e realidade	Teodora Romilda Ens	Dissertação	Ensino supletivo no Paraná

5.1 LEI 5.540/68 NO PARANÁ

A Lei Federal 5.540/68 foi um assunto pouco abordado pelas obras pesquisadas constitui a reforma universitária que, “foi a ampla reformulação das Universidades brasileiras, do ponto de vista jurídico organizacional”(GLASER, 1989, p.21). Antes mesmo da promulgação da Lei Federal da reforma universitária, houve um debate do anteprojeto da reforma na UFPR. O Diretor, professor Homero Batista de Barros, “expôs as linhas gerais dessa alteração traçada pelo Governo Federal.” (GLASER, 1989, p.21).

Assim, como a Lei 5.540/68 exigia a departamentalização da universidade, a Universidade Federal do Paraná tratou de se adequar ao que estava posto na Lei Federal. Dessa forma, foi extinta a Faculdade de Filosofia, passando então o “Departamento de Pedagogia a denominar-se Faculdade de Educação” (GLASER, 1989, p. 21), estas foram reestruturações para o curso de pedagogia e para as disciplinas de licenciatura.

A Universidade Federal do Paraná, que na época da reforma superior tinha como Reitor Flávio Suplicy de Lacerda, fez esforços para se adaptar à Lei Federal. Reorganizando não só a Universidade em “Institutos e ensino profissional nas Faculdades, além de modificar os critérios de controle curricular, de formação e a sistemática administrativa”. (GLASER, 1989, p. 22).

5. 2. LEI 5.692/71 NO PARANÁ

Assim como ocorreu no ensino superior na Universidade Federal do Paraná uma tentativa de se adequar às medidas da Lei Federal 5.540/68, a Lei 5.692/71 também foi devidamente adaptada dentro da realidade paranaense. As questões relacionadas a elas são mais contempladas na bibliografia pesquisada.

Na Proposta Curricular do Curso de Magistério, a Secretaria da Educação do Paraná define da seguinte forma a Lei Federal:

A Lei Federal Nº 5.692/71 é a legislação complementar que ao definir a política do ensino de primeiro e segundo graus no Brasil, estabeleceu, no que concerne à este último grau de ensino, a qualificação obrigatória para o trabalho. A lei se caracteriza pela flexibilidade e pela implantação progressiva. (Secretaria da Educação do Paraná, 1992, p. 10)

Já de acordo com GEVAERD e SCHMIDT, assim é definida a Lei 5.692:

Em 1971, no Governo Médice foi elaborado um projeto educacional que vinha sendo idealizado desde 1964. Esta reforma do ensino ficou estabelecida pela Lei 5.692/71, que tem ‘tem como fundamento o mesmo ideário e os objetivos que nortearam a reforma universitária. (2003, p.94)

Segundo MARTINS, muito antes da Lei 5.692 vir a ser implementada, na Lei Estadual 4.978/64⁶ já vinha a mensagem no artigo 1º de que “a participação no desenvolvimento econômico do país e a orientação profissional” (1999, p. 41), eram concebidos como orientadores nas ações do Estado. Isto ocorreu em 1964, portanto o Estado já parecia estar em consonância com os futuros propósitos da Lei 5.692/71.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ditadura militar e o seu desenrolar no ensino paranaense, de acordo com as fontes, apresenta duas fases dentro desse período, que são as seguintes: 1) esta primeira fase, onde estão presentes aqueles documentos escritos logo após a criação dessas leis, tem um cunho menos crítico e abordam a questão das leis de forma superficial, destacando as mudanças e as configurações que o ensino paranaense teve que tomar para se adequar às mudanças ditadas pelas leis; 2) já a segunda fase, que é aquela onde os documentos se afastam do período da concepção das leis e após o fim do período ditatorial brasileiro, as fontes apresentam uma abordagem qualitativamente crítica, indicando que o papel do Estado na educação paranaense foi de reestruturação da educação baseado no modelo econômico desejado para o ensino nacional.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 12, nº 23/24, p.7-18, set.91/ago.92.

FALCON, Francisco. Domínios da História. In: **História e Poder**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 61-89 (Cap. 3).

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Educação e Pesquisa. In: **Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984)**. São Paulo, v. 28, n. 1, p.51-75, jan/jun. 2002.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2003.

SAVIANI, Demerval. **A Nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas**. Editora: Autores Associados, 1999.

8. FONTES

ENS, Romilda Teodora. **O desenvolvimento do ensino supletivo no Paraná e as dificuldades de sua implantação – intenção e realidade**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1981.

GEVAERD, Rosi Terezinha Ferrarini; SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; UFPR **História do Paraná: a construção do código disciplinar e a formação de uma identidade paranaense**, Curitiba: s. n, 2003.

GLASER, Niroa Zuleika Rotta Ribeiro. **Meio Século de Educação na UFPR: uma crônica desde a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Instituto de Educação anexo ao “Setor de Educação”**. Curitiba: Fundação UFPR, 1989.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL; Fundação Edison Veira. **Avaliação do Impacto da Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1996.

MARTINS, Cláudia Regina Kawka. **O ensino de história no Paraná, na década de setenta**. s. l.: s.n., 1999.

PARANÁ, Comissão Pontifícia Justiça e Paz do. **A Educação no Paraná**. Curitiba: PR: Ano 3. 1982.

PARANÁ, Governo do Estado. **Sistema Estadual de Ensino: Lei 4.978, de 5/12/64 e índice remissivo**.

PARANÁ, Secretaria da Educação. **A coordenação pedagógica do ensino de 2º grau**. Curitiba: A Secretaria, 1993.

PARANÁ, Secretaria da Educação. **A Proposta Curricular da Habilitação Magistério: metodologia do ensino de alfabetização, português, matemática, educação física, arte, história, geografia, ciências**. Curitiba: A Secretaria, 1993.

PARANÁ, Secretaria da Educação. **50 Anos: 1947 – 1997**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 1997.

PARANÁ, Secretaria da Educação. **Informe de atividades do departamento de ensino do 2º grau**. Curitiba: s. n. , 1981.

PARANÁ, Secretaria da Educação. **Fundamentos e explicitação das políticas da SEED**. s. l.: s. n., 1983.

PARANÁ, Secretaria da Educação. **Políticas SEED – PR: Fundamentos e explicitação.** Curitiba: s. n., 1984.

PARANÁ, Secretaria da Educação. **Proposta Curricular do Curso de Magistério.** Curitiba: A Secretaria, 1992.

PARANÁ, Secretaria da Educação. **Proposta Curricular da Habilitação Magistério: didática, estrutura e funcionamento do ensino de 1º grau, introdução a metodologia científica, estágio supervisionado.** Curitiba: A Secretaria, 1993.

PARANÁ, Secretaria da Educação. **Reestruturação do Ensino de Segundo Grau no Paraná.** Curitiba: PR. 2ª Edição, Ed. Paraná, 1993.